

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

ANDRÉA CRISTINA OROZINO

**RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO:
Uma reflexão sobre os impactos na formação de professores
(Uberlândia – 2022)**

Monografia apresentada ao curso de graduação do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel e licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais.

UBERLÂNDIA - MG

2023

ANDRÉA CRISTINA OROZINO

**RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO:
Uma reflexão sobre os impactos na formação de professores
(Uberlândia – 2022)**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais (Orientador, UFU/INHIS)

Prof^a. Dr^a. Iara Toscano Correia (UFU/INHIS)

Prof^a. Ms^a Andressa Garcia Castilho

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus filhos Arthur Henrique Orozino Goulart e Thiago Orozino Pires, minha amada mãe (em memória) Nivalda Maria Nicodemos e minha amada avó (em memória) Divina Rodrigues da Silva.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar força e perseverança para enfrentar todos os obstáculos durante a graduação, por me ajudar a superar os desafios e me permitir realizar meu sonho de me formar na UFU.

Aos meus filhos Arthur e Thiago, que estiveram desde o início ao meu lado dando apoio e me incentivando a continuar, me amparando sempre com palavras positivas nos momentos difíceis, ao meu genro Alef e aos meus familiares.

Agradeço à minha mãe Nivalda Maria (em memória) e à minha avó Divina (em memória) que desde pequena sempre me incentivaram a estudar e buscar conhecimento.

Agradeço imensamente ao meu orientador Sérgio Paulo Morais pela paciência e por estar sempre disposto a me ajudar da melhor forma possível para a conclusão da pesquisa.

Enorme gratidão a todos os professores do Instituto de História, em especial aos professores Paulo Roberto, Jorgetânia Ferreira, Iara Toscano, Newton Dângelo, Amon Pinho e André Voigt, que sempre me apoiaram durante o curso, verdadeiras fontes de inspiração e conhecimento.

Gratidão aos meus amigos e historiadores Arthur Lincoln (em memória), Diego Curti, Maria Carolina Vieira, Odete Cordeiro e Thaís Campos, que estiveram ao meu lado nos momentos felizes, e nas árduas lutas acadêmicas.

Por fim, agradeço às minhas amigas Elaine Santana, Maria Lima e Lusia Silva por todo incentivo, elas quem sempre me apoiaram em vários momentos da minha vida.

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.”

Paulo Freire.

RESUMO

A presente pesquisa, de cunho qualitativo, objetiva analisar as percepções e os impactos do programa de Residência Pedagógica e do Estágio Supervisionado Obrigatório no processo de formação de professores de diferentes áreas do conhecimento. O instrumento utilizado para a obtenção do resultado desta pesquisa foram relatos orais de 6 estudantes, sendo 3 residentes pedagógicos e 3 estagiários. Foi unânime para os 3 residentes que o programa fez grande diferença na construção de suas identidades como professores, foi capaz de aumentar sua segurança e aprenderam a lidar diretamente com o cotidiano escolar. Em contrapartida, para 2 estagiários, ter somente a disciplina obrigatória foi insuficiente. Portanto, o trabalho sugere que a prática é de suma importância para a formação docente, estar em contato constantemente no dia-a-dia das escolas provoca nos discentes saberes construídos na teoria em ações assertivas. Maximizando o sucesso em suas futuras aulas e sendo capazes de cumprirem as diretrizes e metas propostas por 3 pilares educacionais (PNE, LDB e BNCC)

Palavras-chave: Residência Pedagógica, Estágio Supervisionado, Formação de professores, Prática.

ABSTRACT

This qualitative research aims to analyze the perceptions and impacts of the Pedagogical Residency program and the Mandatory Supervised Internship in the training process of teachers from different areas of knowledge. The instrument used to obtain the results of this research were the oral reports of 6 students, 3 of whom were pedagogical residents and 3 interns. It was unanimous for the 3 residents that the program made a big difference in the construction of their identities as teachers, it was able to increase their confidence and they learned to deal directly with the school routine. On the other hand, for 2 interns, having only the mandatory discipline was insufficient. Therefore, the work suggests that practice is of great importance for teacher training, being in constant contact in the day-to-day of schools causes students to learn knowledge built in theory in assertive actions. Maximizing success in your future classes and being able to meet the guidelines and goals proposed by 3 educational pillars (PNE, LDB and BNCC)

Keywords: Pedagogical Residency, Supervised Internship, Teacher training, Practice.

LISTA DE ABREVIACÕES

1. Base Nacional Comum Curricular – BNCC
2. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
3. Educação de Jovens e Adultos - EJA
4. Encontro Internacional de Formação de Professores e Estágio Curricular Supervisionado – EIFORPECS
5. Instituição de Ensino Superior – IES
6. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB
7. Ministério da Educação – MEC
8. Plano Nacional de Educação – PNE
9. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID
10. Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - ForPIBID
11. Residência Pedagógica – RP
12. Universidade Federal de Uberlândia – UFU

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E OS PILARES EDUCACIONAIS	11
1.1. Residência pedagógica e sua origem.....	18
1.2. Subprojeto história UFU.....	22
2. ESTÁGIO SUPERVISIONADO E RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA EM DIFERENTES PERSPECTIVAS	28
2.1. Relatos de experiência: do estágio à residência pedagógica.....	29
2.2. Análise dos relatos de experiência em uma perspectiva formativa.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38
RELATOS ORAIS	40

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a influência e impacto que o Projeto Residência Pedagógica e o Estágio Supervisionado Obrigatório causam no processo de formação do estudante de licenciatura, semelhanças, diferenças e perspectivas de futuro àqueles que têm a oportunidade de participar e terem suas experiências de docência transformadas.

O que me impulsionou na escolha do tema foi o fato de ser uma estudante que passou pelos 5 estágios supervisionados obrigatórios do curso de História e por ter a oportunidade de participar da Residência Pedagógica Subprojeto História. Nesse percurso pude perceber o quanto a prática docente e o constante contato com o ambiente educacional durante a Residência Pedagógica foram importantes no meu processo de formação profissional, em contrapartida tal sensação de segurança não foi vivenciada de forma tão evidente durante os semestres de Estágio Supervisionado.

O fato de ter vivenciado a RP em duas escolas diferentes (iniciei na Escola Municipal Doutor Joel Cupertino Rodrigues e finalizei o projeto na Escola Estadual Segismundo Pereira) me auxiliou a notar as disparidades entre elas, em relação às instituições, comunidade interna, discentes, professores e demais profissionais da entidade, e comunidade externa. Nesse sentido, é importante ao docente saber como lidar e se adaptar às diferentes realidades que se expõe.

Para o desenvolvimento do trabalho, foi necessária muita leitura e estudo sobre os projetos de leis e programas de políticas públicas elaboradas pelo governo federal, assim como a leitura de material bibliográfico de pedagogos e profissionais dedicados à docência, principalmente as grandes autoras Maria Socorro Lucena Lima e Selma Garrido Pimenta.

No presente trabalho, de cunho qualitativo, foram entrevistados 6 estudantes dos cursos de licenciatura da UFU em diferentes áreas, História, Letras e Matemática, em que 3 estudantes participaram do Projeto Residência Pedagógica e 3 fizeram somente as disciplinas de Estágio Supervisionado Obrigatório.

O convite para participarem da pesquisa e as entrevistas foram realizados via WhatsApp, registradas através de mensagem de áudio e transcritas assim como disseram, havendo algumas marcas linguísticas específicas da linguagem oral. Mantive o nome dos entrevistados em anonimato, sendo identificados no texto como: R1, R2 e R3 para os estudantes que fizeram a Residência Pedagógica e E1, E2 e E3 para os que fizeram apenas o Estágio Supervisionado.

Além disso, foi proposto aos entrevistados a narrarem livremente as suas experiências tanto no Estágio Supervisionado quanto na Residência Pedagógica.

O referido trabalho foi dividido em 2 capítulos que se conectam entre si, o primeiro foi destinado a listagem e descrição dos três pilares básicos da educação (PNE, LDB e BNCC), dos quais regem as práticas docentes, a forma com que a União lida com sistema educacional e metas a serem seguidas e cumpridas para a manutenção e ampliação do sistema de ensino brasileiro.

Ademais, à exposição do Projeto Residência Pedagógica, com informações referentes ao edital, objetivos e desenvolvimento, seguido pelo Subprojeto História, relatando a metodologia de organização das atividades pedagógicas e experiência da prática de docência.

No segundo capítulo é apresentado o estágio supervisionado obrigatório como componente curricular, seus objetivos e especificidades, além disso, a sua importância e algumas lacunas no processo de formação, segundo as experiências relatadas por estudantes, estas que também constam no capítulo em questão.

A partir dos relatos é realizada a análise dessas fontes, em quais aspectos elas se aproximam e diferem, e o impacto que o projeto Residência Pedagógica causa na futura carreira do licenciando.

1. RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E OS PILARES EDUCACIONAIS

A formação de professores não é um trabalho fácil e rápido, da qual a todo instante passa por transformações e influência direta decorrente às mudanças tecnológicas e sociais do meio, dessa forma deve-se haver propostas e projetos que transformem e revolucionem esse processo.

Há inúmeras instituições de ensino superior com dezenas de cursos voltados à licenciatura, nas diversas disciplinas curriculares e abrangências à aprendizagem do ensino básico, fundamental e médio.

O objetivo de implantar políticas públicas e projetos voltados ao desenvolvimento de licenciandos vai além das propostas de formação de tais profissionais, mas também ao aperfeiçoamento de suas habilidades e competências, refletindo diretamente na melhoria da qualidade de ensino e beneficiando todos os integrantes da comunidade acadêmica e escolar.

Nos últimos quinze anos, as políticas públicas que norteiam a prática docente da educação profissional foram fortalecidas e, no cenário da educação brasileira, é alvo de discussões, que, de modo geral, têm levado a momentos de tensão e de reflexão por parte dos pesquisadores na área da formação docente da educação brasileira (CORREA; SINESIO; MORAES, 2019, p. 3).¹

A aplicabilidade de tais propostas requer incentivo, mobilização e supervisão de instituições públicas, ressaltando que o mesmo vale para institutos educacionais privados. Tal supervisão e repasse é efetivado pelo MEC e demais setores governamentais, dos quais se responsabiliza por todo sistema educacional brasileiro e pela elaboração e fiscalização da aplicabilidade dos termos.

O processo de formação de professores e manutenção das metodologias de ensino estão interligadas em pilares básicos educacionais dos quais cada uma colaboradora de diferentes maneiras a favor da disseminação da prática docente, melhoramento dos espaços estudantis, disseminação dos conteúdos básicos para o ensino fundamental e médio, e ampliação do diálogo entre as instituições, profissionais e comunidade externa.

Um dos pilares é o PNE (Plano Nacional da Educação), lei brasileira de nº 13.005, de 25 de Junho de 2014 a qual estabelece diretrizes e metas para a melhoria da qualidade da educação em âmbito nacional, estadual e municipal nos diversos níveis, básico e superior e etapas, infantil, fundamental e médio.

O PNE possui vigência e readequação de 10 anos, ou seja, a partir da publicação da lei, tem vigor até Junho de 2024 e estabelece 20 metas abrangendo

¹ MORAES, C. F. C.; SINÉSIO, L. E. M.; CORRÊA, A. M. Formação De Professores: Desafios E Perspectivas Para A Educação Profissional No Cepa-Município De Aquidauana-Ms. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v. 2, n. 17, 2019. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/6970>. Acesso em 15 de novembro de 2022.

as diversas áreas da educação. A constituição federal de 1988 prevê os objetivos básicos do PNE, dos quais estão descritos no seguinte artigo:

Art. 214. ²A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

I - Erradicação do analfabetismo;

II - Universalização do atendimento escolar;

III - Melhoria da qualidade do ensino;

IV - Formação para o trabalho;

V - Promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009), para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis.

O PNE também define diretrizes, caminhos a serem seguidos durante vigência com a adição de propostas que melhorariam ainda mais o processo educacional no Brasil.

Art. 2o:

I - Erradicação do analfabetismo;

II - Universalização do atendimento escolar;

III - Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - Melhoria da qualidade da educação;

V - Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - Valorização dos (as) profissionais da educação;

X - Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

² BRASIL. Plano Nacional de Educação. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/>.

São definidas 20 metas a serem alcançadas até o prazo fim do plano vigente, das quais estão divididas em:

Meta 1 - Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE;

Meta 2 - Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE;

Meta 3 - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento);

Meta 4 - Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados;

Meta 5 - Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental;

Meta 6 - Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica;

Meta 7 - Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb;

Meta 8 - Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

Meta 9 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional;

Meta 10 - Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional;

Meta 11 - Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público;

Meta 12 - Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público;

Meta 13 - Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores;

Meta 14 - Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores;

Meta 15 - Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam;

Meta 16 - Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino;

Meta 17 - Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE;

Meta 18 - Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal;

Meta 19 - Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto;

Meta 20 - Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

O segundo pilar essencial para a manutenção da qualidade da educação e aperfeiçoamento das práticas docentes é a LDB³ (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), lei de nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. A legislação regulariza todo sistema educacional brasileiro, em âmbito público e privado, e foi

³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

criada para reafirmar o compromisso e direito de todos à educação básica até o ensino superior.

Ela regulariza os princípios e deveres do Estado como União, DF e municípios enquanto agentes provedores da manutenção do ensino educacional a fim de garantir o acesso à educação de qualidade a todos os brasileiros.

Conforme diretrizes, os profissionais habilitados a exercerem cargos para a Educação Básica devem necessariamente possuir formação de nível superior voltado a licenciatura, de graduação plena, em universidades ou institutos superiores de educação, e para exercer cargos de Educação Infantil e Fundamental I permite profissionais com formação em ensino médio, curso superior, ou portadores de diplomas por projetos de formação pedagógica. Para o ensino superior, a LDB exige níveis de pós-graduação em mestrado e doutorado.

Portanto, para assegurar o princípio básico de qualidade na educação é necessário profissionais capacitados a exercerem tais atividades.

A LDB estabelece dois níveis de educação, da qual se divide em:

I – Educação Básica composta pela educação infantil, da qual pode ser gratuita e não obrigatória, o ensino fundamental obrigatório, gratuito ou não, abrangendo os anos iniciais de 1º a 5º ano e anos finais do 6º ao 9º, e ensino médio do qual pode também ser profissionalizante.

II – Educação Superior de competência total da União e responsável pela fiscalização das instituições.

Há outras modalidades de educação, das quais as práticas de ensino são específicas para tal realidade, são elas:

I - Educação Especial ofertada para educandos com deficiência, superdotados ou com transtornos de desenvolvimento;

II – Educação à Distância em todos os níveis e modalidades de ensino;

III – Educação de Jovens e Adultos (EJA) destinada a educandos que não foram escolarizados na idade considerada correta;

IV – Educação Indígena da qual deve obrigatoriamente ser ministrada em língua portuguesa e utilizando a língua materna da comunidade com respectivos processos de aprendizagem.

O terceiro pilar essencial para a manutenção da qualidade de ensino é a Base Nacional Comum Curricular, ou como conhecida BNCC, da qual se trata de um documento normativo fruto da LDB e homologado pelo MEC. A Base norteia competências e habilidades a serem seguidas em toda rede de ensino, pública e privada nas 3 etapas educacionais: Educação Infantil, Ensino fundamental e Ensino Médio.

A BNCC não é uma norma curricular, mas sim diretrizes ligadas à construção dos currículos educacionais em âmbito estadual e municipal e base para elaboração de atividades e projetos pedagógicos. Estas diretrizes têm o objetivo de garantir a todos o direito de aprender e desenvolver habilidades elevando a qualidade de ensino e se adequando a cada necessidade e realidade.

(...) os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996; ênfase adicionada).⁴

A BNCC estipula dez competências gerais que direcionam o ensino e devem ser desenvolvidas ao longo da Educação Básica:

I – Conhecimento - Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;

II – Pensamento científico, crítico e criativo - Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas;

III – Senso estético e repertório cultural - Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural;

IV – Comunicação - Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo;

⁴ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase>

V – Cultura Digital - Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva;

VI – Autogestão - Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade;

VII – Argumentação - Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta;

VIII – Autoconhecimento e autocuidado - Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas;

IX – Empatia e cooperação - Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza;

X – Autonomia - Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Por se tratar de diretrizes que guiam a elaboração curricular, a BNCC divide as 3 etapas de ensino em Etapa da Educação Infantil, Etapa do Ensino Fundamental e Etapa do Ensino Médio.

A divisão dessas etapas é de suma importância, pois é quando norteiam as diversas áreas de estudo e disciplinas. Não significa que o profissional terá de prontidão os conteúdos mínimos necessários para cada ano do ensino infantil, fundamental e médio, mas sim oferece estratégias e habilidades a serem desenvolvidas entre educador e educando.

Faz-se necessário a compreensão desses três pilares básicos pois é a partir deles que se estabelecem metas de desenvolvimento e aperfeiçoamento da educação, cria-se laços de diálogo entre instituições públicas, comunidade externa e comunidade escolar e moldam o perfil e competências mínimas necessárias para a formação de educadores.

Portanto, deve haver programas no processo de formação de professores que o ajude a cumprir as diretrizes, objetivos e metas propostos pelos pilares educacionais (PNE, LDB e BNCC).

1.1. Residência pedagógica e sua origem

No ano de 2016 e no início de 2018, período em que ocorreu o impeachment da presidente do Brasil Dilma Rousseff, e da posse de Michel Temer, surgiram muitas discussões a respeito do fim do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Entretanto, após várias reuniões decidiram que não só manteriam o PIBID mas também implementariam a Residência Pedagógica para fortalecer os alicerces de uma eficaz capacitação de profissionais. (ForPIBID, 2018a).

O PIBID teve permanência, no entanto, com período reduzido de 24 para 18 meses para os estudantes matriculados nos primeiros períodos do curso e a Residência Pedagógica destinada aos discentes que já tenham cursado 50% dos seus cursos de licenciatura.

Vale ressaltar, que o PIBID, embora semelhante à Residência Pedagógica, a sua continuidade foi importante para a contribuição na formação de professores e o Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência não mediram esforços para que o programa continuasse. (ForPIBID, 2018)

O governo federal⁵, em parceria com os ministérios e secretarias da educação, aprovou, em meio a ações acerca de políticas públicas e propostas a atividades para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da educação no país o projeto educacional Programa Residência Pedagógica, ou RP, ação que se integra à Política Nacional de Formação de Professores do MEC.

Não conseguiremos evitar a “pobreza das práticas” se não tivermos políticas que reforcem os professores, os seus saberes, os seus campos de atuação, que valorizem a cultura docente, que não transformem os professores numa profissão dominada pelos universitários, pelos peritos ou pelas “indústrias de ensino.”⁶

⁵ Sob vigência do presidente Michel Temer (31 de agosto de 2016 a 31 de dezembro de 2018) e ministro da educação Mendonça Filho (2016 a 2018).

⁶ NOVOA, Antônio (Org.). Profissão Professor. Porto – Portugal. Port.1995.

O Programa foi moldado às instituições públicas de ensino superior visando atender estudantes dos diversos cursos de licenciatura (Arte, Biologia, Ciências, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Informática, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Língua Espanhola, Matemática, Química, Sociologia, Pedagogia, licenciatura Intercultural Indígena e licenciatura em Educação do Campo) a fim de levá-los ao aperfeiçoamento da formação prática docente através da imersão em sala de aula e vivência do cotidiano escolar em escolas públicas de ensino básico.

A intenção é proporcionar a eles um tempo maior de permanência nesse meio, do qual o estágio não oferece, além de garantir bolsas remuneradas auxiliando os residentes a suprir os gastos necessários de deslocamento e permanência no local.

O Programa Residência Pedagógica foi instituído por meio da portaria nº 38, de 28 de fevereiro de 2018, lançada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), programa tem como objetivo fortalecer a formação de estudantes dos cursos de licenciatura, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de professores.

O projeto foi implementado em diversas Instituições de Ensino Superior, IES, dos quais abrangem Universidades de âmbito Federal, Estadual e Institutos Federais, IFS, e implantado nos diversos cursos de licenciatura, para que, conforme LDB, haja profissionais com formação de nível superior habilitados e qualificados a exercer cargos na área da educação.

Independente do curso o objetivo principal permanece o mesmo, do qual proporciona a aproximação prática de licenciandos às escolas públicas de educação básica, e a partir da divisão dos subprojetos os estudantes voltam a atenção e atividades aos referidos cursos de formação e aplicação, como exemplo segue o referido trabalho subprojeto História UFU.

O Projeto tem duração de 18 meses totalizando 440 horas de atividades, sendo divididas em 4 etapas. A primeira etapa tem duração de 2 (dois) meses, destinados à formação de preceptores e na preparação dos alunos residentes para o início das atividades.

A segunda etapa tem duração de 4 (quatro) meses, destinadas a orientação conjunta entre docente orientador e preceptor, período de ambientação dos residentes nas escolas e prazo para a elaboração do Plano de Atividade.

A terceira etapa tem duração de 10 (dez) meses, destinadas à imersão na escola, incluindo planejamento de aulas, atividades avaliativas, trabalhos, projetos pedagógicos e regência de classe, da qual deve ser estipulada 100 horas.

A quarta etapa tem duração de 2 (dois) meses destinados a elaboração do relatório final, avaliação das atividades desenvolvidas e período de socialização, todos realizados já na própria Universidade.

São objetivos do programa RP:

I - Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica, conduzindo o licenciando a exercitar de forma atava a relação entre teoria e prática profissional docente;

II - Promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de licenciatura às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC);

III - Fortalecer e ampliar a relação entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e as escolas públicas de educação básica para a formação inicial de professores da educação básica; e

IV - Fortalecer o papel das redes de ensino na formação de futuros professores. (CAPES, 2018)

A base legal da RP está diretamente ligada à PNE da qual é necessária a articulação e diálogo entre IES, discentes, comunidade escolar e comunidade externa, e influência de forma positiva e benéfica ao alcance das metas e diretrizes estabelecidas no Plano.

A partir do momento que o estado cumpre com a diretriz de número VIII destinando mais recursos à educação, pensando nesse ponto ensino superior, criam-se vagas e oportunidades de ingresso aos cursos de licenciatura, possibilitando maior formação de cidadãos e profissionais, dessa forma possibilitando atingir e cumprir com as metas estabelecidas e almejadas.

A inserção do estudante licenciando à comunidade educacional auxilia diretamente na construção da identidade do professor, concedendo maiores possibilidades de aplicar seus conhecimentos teóricos e habilidades práticas no desenvolvimento de atividades e projetos pedagógicos e permanência em “um

espaço privilegiado de questionamento e investigação.” (PIMENTA e LIMA, 2012, p. 112).

O projeto é destinado a discentes matriculados nos cursos de licenciatura que tenham cursado no mínimo 50% do curso ou àqueles que estejam cursando a partir do 5º período. Os alunos selecionados e que atendam aos requisitos mínimos necessários recebem a bolsa no valor de 400,00 (quatrocentos reais), da qual se encerra o benefício ao fim do contrato do projeto.

São selecionados também para abranger as equipes o Preceptor, do qual deve obrigatoriamente ser um professor da escola de educação básica selecionada, do qual irá acompanhar os residentes dando apoio e orientações acerca das atividades a serem desenvolvidas em tal ambiente.

Na IES deve ser selecionado um Docente Orientador do qual é responsável pelo planejamento e orientação dos residentes sob núcleo do projeto, e o Coordenador Institucional, também docente da IES, porém responsável pela organização, acompanhamento e execução do projeto RP. Ele acompanha desde o início da aplicação do edital até as últimas etapas teóricas e práticas para encerramento do projeto.

Para os três profissionais citados também são ofertadas bolsas, com valores reajustados para cada função. A relação e fiscalização do pagamento das bolsas estão descritas no Portal da Transparência do Governo Federal.

Os residentes e demais profissionais selecionados são destinados às turmas de educação infantil, turmas de 1º e 2º ano do ensino fundamental ou turmas de EJA. Importante ressaltar que escolas de Educação Especial, aquelas destinadas a educandos com deficiência, superdotados ou com transtornos de desenvolvimento também estão aptas a se inscreverem como beneficiárias do projeto e receberem residentes, os quais devem estar aptos a exercer atividade em tal ambiente. Todas essas instituições de ensino estão descritas e estabelecidas na LDB.

A residência proporciona aos discentes a vivência escolar em várias vertentes, não somente às que ficam restritos à observação em sala de aula, mas também a participar ativamente no acompanhamento pedagógico, incluindo regência, elaboração de atividades teóricas, como trabalhos e provas, atividades práticas com desenvolvimento de projetos pedagógicos e inclusivos e convivência com a comunidade escolar e externa.

A oportunidade e possibilidade de inclusão e participação frente aos projetos ofertados pelas IES auxiliam a moldar o comportamento e postura profissional desses estudantes para quando estiverem no mercado de trabalho, consigam superar os desafios existentes na profissão.

1.2 Subprojeto história UFU

Conforme edital emitido pela CAPES, as IES devem ser subdivididas em seus respectivos institutos: os subprojetos da RP, e no caso do instituto de história, o Subprojeto História. A base do edital permanece a mesma, em relação à seleção das escolas, distribuição de bolsas e processo de seleção de residentes e docentes, porém a vertente das práticas pedagógicas será distinta e específica para cada subprojeto.

Vale destacar que a BNCC se torna extremamente importante e efetiva nessa etapa do desenvolvimento do projeto, como discutido anteriormente a BNCC se torna necessária para elaboração dos currículos e plano de apoio aos professores e discentes.

A BNCC estipula em cada etapa da educação competências e habilidades específicas para cada disciplina, portanto durante todo o período de vigência da RP a elaboração das aulas e projetos pedagógicos se baseavam nas competências determinadas assim como unidades temáticas pré-estabelecidas; independente do subprojeto ou grau de escolaridade/atividade, o educador deve sempre seguir com os parâmetros estipulados na BNCC.

O primeiro edital da RP Subprojeto história⁷ teve vigência entre os meses de Ago/2018 a Jan/2020, porém o cronograma de atividades do edital se iniciou no mês de Mar/2018 com lançamento e demais atividades previstas até o início do projeto.

Foram selecionados 26 bolsistas, 3 preceptores, 1 docente orientador e 1 coordenador institucional. Após a seleção dos residentes bolsistas iniciaram as primeiras reuniões na UFU a fim de apresentar o projeto, dividir os residentes nas escolas de ensino básico selecionadas e elaborar o plano de atividades.

As três escolas contempladas na cidade de Uberlândia para participação do programa foram: Escola Municipal Doutor Joel Cupertino Rodrigues, situada no bairro Dom Almir, a Escola Estadual Professora Alice Paes, situada no bairro Bom

⁷ http://www.prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/edital_no_6_2018_-_capes.pdf

Jesus e Escola Estadual Segismundo Pereira, situada no bairro Santa Mônica. Nas primeiras visitas às escolas, era possível identificar as discrepâncias e particularidade de cada uma.⁸

A Escola Municipal Doutor Joel Cupertino Rodrigues está situada em um bairro de periferia da cidade, onde o prédio está precário e a carência da maioria dos alunos é visível, os quais a grande maioria eram alunos que residem no próprio bairro e redondezas.

Já a Escola Estadual Professora Alice Paes, a primeiro contato, diferencia-se das demais, pela fachada e estrutura do prédio, onde percebe-se que o espaço é mais preservado, e na organização das turmas, onde observa-se haver muitos estudantes com deficiência, incluídos na mesma sala de aula de estudantes sem necessidades especiais. Isso cria um sentimento de inclusão e apoio entre os próprios alunos e comunidade estudantil.

A Escola Estadual Segismundo Pereira também possui particularidades interessantes de se analisar, situada em um bairro de classe média na cidade de Uberlândia, apresenta na estrutura física adequada e acessível a pessoas com deficiência, sala de informática ampla e com vários equipamentos de áudio visual em plena funcionalidade, biblioteca repleta de obras literárias e ambiente externo bem preservado, oferecendo assim a possibilidade de desenvolver atividades ao ar livre sem obstáculos.⁹

A partir do reconhecimento dos espaços a serem vivenciados e dos indivíduos ali presentes, foram elaboradas as atividades teóricas e práticas, cada qual se adequando à necessidade e realidade da comunidade a fim de fortalecer a relação e diálogo entre a comunidade acadêmica da Universidade Federal de Uberlândia e as escolas de educação básica.

Em relação ao Subprojeto História, foi elaborado, de início, em parceria com o docente orientador e o coordenador institucional, o roteiro de observação, no qual o residente deveria se atentar à amplitude dos espaços educacionais e observar as diferentes dimensões que compõem as relações da prática educativa; a observação

⁸ Não faz parte do trabalho analisar as diferentes realidades e contextualizar o impacto disso no dia a dia dos estudantes e residentes. Serão feitos apenas apontamentos para que fique claro ao leitor que foram selecionadas escolas de diferentes perfis.

⁹ Ressaltando que a visita às 3 escolas ocorreu entre os anos de 2018 a 2020, portanto essa era a realidade da época, não necessariamente se aplica aos dias atuais.

deve estar acompanhada da reflexão teórica acerca do cotidiano educacional e compõe uma importante etapa do projeto.

O roteiro de observação se divide em 5 tópicos, sendo eles:

I – Escola: história, inserção social, espaço e ambientes de ensino-aprendizagem:

- a) História da escola e inserção da escola na comunidade, no bairro e na cidade, analisando o espaço onde ela se insere, grupos populacionais, modalidades e aspectos culturais do ambiente e modo de organização espacial da edificação; a escola e suas relações com sujeitos sociais onde era necessário a análise do histórico daquele espaço e memória afetiva que os profissionais da educação e da comunidade possuem em relação ao ambiente;
- b) Espaço físico geral observando as características do prédio, espaços de estudo e recreação, e organização da aplicação e gastos dos recursos financeiros cedidos. A boa relação entre residente e comunidade estudantil é extremamente importante nesse aspecto;
- c) Salas de aula, verificando a qualidade daqueles espaços, localização, conservação, uso e aproveitamento do ambiente. Uma sala de aula que não comporta de forma confortável determinada quantidade de alunos pode influenciar de forma negativa o desempenho dos estudantes e o cumprimento de determinadas atividades;
- d) Outros espaços de ensino-aprendizagem, incluindo áreas verdes, quadra de esportes, estacionamento, laboratórios e espaços externos que haja possibilidade de desenvolver atividade prática ao ar livre com os alunos. Espaços amplos e conservados oferecem aos professores a chance de aplicar dinâmicas, as quais, em uma sala de aula não seria possível;
- e) Refeitório e cantina, assim como observar o tipo de alimentação oferecida e se a escola oferece orientações sobre alimentação saudável;

- f) Laboratório de ciências verificando se o espaço é adequado e possui os materiais mínimos necessários para tal atividade/disciplina;
- g) Biblioteca em que seja possível observar a acessibilidade ao acervo, organização, diversidade literária e se os estudantes possuem fácil acesso ao espaço e a reserva dos títulos;
- h) Sala ou laboratório de informática, onde é uma boa oportunidade para incentivar aos alunos a terem contato com tecnologias e desenvolver atividades dinâmicas com jogos ou sites específicos a disciplina ministrada;
- i) Espaço para recursos educacionais, abrangendo a existência de um espaço amplo, coberto e livre;
- j) Sala de recursos multifuncionais, como espaços com acesso a aparelhos de televisão e multimídia.

II – Sujeitos sociais na escola: professoras (es) e demais trabalhadoras (es) da educação:

- a) Corpo docente;
- b) Administração e corpo técnico administrativo;
- c) Equipe de apoio pedagógico.

III – Sujeitos sociais na escola: estudantes

- a) Analisar a situação socioeconômica, cultural e familiar dos estudantes;
- b) Quais são as experiências que possuem, relações e abordagens com o espaço e a comunidade.

IV – Regimento Escolar, Projeto Político-Pedagógico, Currículo e outros documentos escolares:

- a) Regimento escolar;

- b) Projeto Político Pedagógico;
- c) Planejamento de disciplinas
- d) Projetos de intervenção e atividades escolares;
- e) Currículo.

V – Gestão escolar:

- a) Direção da escola e demais profissionais que compõem a coordenação;
- b) Recursos financeiros e destinações.

A partir da etapa de observação e coleta de informações são desenvolvidos os planejamentos semanais, mensais e semestrais, os quais devem se adequar à realidade da instituição para que seja aproveitada da melhor maneira possível os espaços disponíveis e disponibilidade da comunidade escolar.

Em específico na Escola Estadual Segismundo Pereira foi muito utilizada a sala de informática, para que os alunos pudessem fazer pesquisas e estudos, e outros espaços de ensino-aprendizagem, onde os estudantes pudessem realizar a Feira de Conhecimento, dado que em sala de aula não havia espaço suficiente.

Durante a segunda etapa de imersão na escola, os residentes tiveram a oportunidade de acompanhar as aulas ministradas pela professora responsável, oportunidade de colocar em prática todo conhecimento em regência ativa, elaboração de provas e trabalhos, correção de atividades, lançamento de notas e liberdade em liderar, elaborar e colocar em prática projetos pedagógicos dinâmicos, que envolviam de forma prazerosa e divertida todos os alunos.

Concomitante às atividades escolares, os residentes tinham regularmente reuniões e atividades teóricas desenvolvidas na própria Universidade com o docente orientador e coordenador institucional. Ao final do projeto RP foi necessário a elaboração do relatório final que deveria abordar todas as atividades, práticas e teóricas, elaboradas ao longo do projeto, avaliação e socialização com troca de experiências entre os estudantes.

A RP ofereceu aos residentes a oportunidade de participar da EIFORPECS 2019 - XII Encontro Internacional de Formação de Professores e Estágio Curricular Supervisionado, onde puderam elaborar um artigo voltado à temática docente, apresentar no Encontro Internacional e ter a obra publicada nos anais do evento.

Analisando os aspectos do programa em si e toda experiência acadêmica ofertada pelo projeto, é possível afirmar que a RP auxilia o estudante a moldar sua identidade, reafirma ou desperta no residente o desejo e apreço pela licenciatura, e impacta de forma direta e positiva as relações entre escola básica e instituição de ensino superior, as relações entre comunidade escolar e estudantes, e aspectos interpessoais entre residentes e alunos.

2. ESTÁGIO SUPERVISIONADO E RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA EM DIFERENTES PERSPECTIVAS

Os cursos de licenciatura da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) possuem na grade curricular a disciplina de Estágio Supervisionado Obrigatório, no qual está dividido da seguinte forma: Estágio I, II, III, IV e V, sendo realizados do 5º ao 9º período do curso.

Os estágios I e II possuem carga horária de 90 horas, já os estágios III e IV possuem carga horária de 60 horas e o estágio V tem a carga horária de 100 horas, sendo o último de caráter teórico/prático; totalizando assim, 400 horas.

São objetivos do estágio:

- Incentivar a gradativa inserção e participação do futuro professor em projetos e ações desenvolvidas pela instituição que o recebe, no âmbito dos processos de ensino.
- Refletir sobre a realidade vivenciada nos ambientes educativos. Planejar e executar intervenções junto à(s) escola(s) e outras instâncias educativas.
- Discutir técnicas que poderão ser desenvolvidas para melhorar o processo de aprendizagem. Desenvolver, produzir e experimentar textos e materiais didáticos adequados aos vários níveis de ensino.
- Ampliar a formação para a pesquisa, articulando teoria e prática.
- Compreender o ofício do profissional de História e sua importância no processo educativo. (MEC, 2020)

Durante o semestre são realizadas atividades teóricas na universidade, como leitura da bibliografia pré-definida, debates e elaboração de planos de aulas para atuação da regência e atividades práticas nas instituições de educação básica nas redes estaduais e municipais de ensino e acompanhamento das aulas

Durante o curso de graduação começam a ser construídos os saberes, as habilidades, posturas e atitudes que formam o profissional. Em períodos de estágio, esses conhecimentos são ressignificados pelo aluno estagiário a partir de suas experiências pessoais em contato direto com o campo de trabalho que, ao longo da vida profissional, vão sendo reconstruídos no exercício da profissão.¹⁰

¹⁰ ALMEIDA, Maria I; PIMENTA, Selma G. Estágios supervisionados na formação docente. São Paulo: Cortez, 2014.

Pode-se observar que é no momento dos estágios que os discentes têm a oportunidade de colocar em prática todo o conhecimento adquirido na universidade, permitindo assim o contato direto com os alunos, conhecendo a realidade do ambiente escolar em vários aspectos, possibilitando diante das experiências vividas nas escolas a construção de identidade, despertando o interesse pela profissão e até mesmo inspirando-se no professor-orientador, tanto da faculdade quanto da escola de educação básica.

Haja vista, que a importância do professor orientador é de grande valia no decorrer do estágio, esse elo de ligação faz com que o licenciando perceba o que pode ser melhorado em sua aula ministrada. Nessa perspectiva, é importante enfatizar que o estagiário no momento de regência enfrenta conflitos internos de vários aspectos, dentre eles, medo de falar em público, se a aula será bem sucedida, se os alunos compreenderão o conteúdo, dentre outros.

Diante dessas indagações que os rodeiam, torna-se indispensável o processo de avaliação do professor orientador.

O professor-orientador, por exemplo, assistirá o candidato no planejamento do ensino a ministrar na escola da comunidade onde tenha de atuar dando-lhe as orientações necessárias à execução do programa assim elaborado. Em seguida, acompanhará essa execução oral diretamente, em visitas dispostas com oportunidade, ora de forma indireta, ligando-se em especial ao titular da respectiva disciplina ou área de estudo naquela escola (CHAGAS, 1976, p.90)

Diante do que expõe Chagas, a orientação do professor de estágio ocorre desde o planejamento de aula até o momento da sua regência, auxiliando o estudante a refletir e aprimorar sua prática docente.

2.1. Relatos de experiência: do estágio à residência pedagógica

A partir da perspectiva do estágio em consonância com a residência pedagógica, há algumas diferenças que devem ser apontadas, visto que o residente possui maior liberdade e independência para desenvolver habilidades e colocar em prática seus conhecimentos.

Na própria etapa de imersão na escola o residente deve cumprir no mínimo 100 horas de regência em classe, desconsiderando dessa carga horária as

atividades complementares como elaboração das aulas, trabalhos, provas e projetos extraclasse, que observa-se a seguir segundo os relatos de experiência dos estudantes entrevistados que trazem à luz uma reflexão sobre como eles se apropriaram dessas experiências em seu processo de formação.

Residente pedagógico 1 - “Eu entrei no curso de história com um propósito, formar e seguir área de pesquisa, trabalhar em um arquivo público ou museu, mas nada de dar aula, a licenciatura não era algo que me atraía. Fiz os estágios obrigatórios, PIBID, e mesmo assim minha opinião era a mesma. Mas com a residência pedagógica tudo mudou, porque não era só estar presente na escola, como os estágios, é ser parte daquela instituição. A residência me mostrou possibilidades que nunca imaginei que encontraria, foi a primeira vez que tive a oportunidade de elaborar um roteiro completo de aula, com regência, elaboração e aplicação de trabalhos e provas, correção, eu virei praticamente uma professora mesmo. Minha residência foi na escola Estadual Segismundo Pereira, e eles acolheram os residentes de forma muito especial, não somente os alunos, mas todo o corpo docente e discente, perceberam que a gente tava lá pra ajudar e aprender. As turmas que acompanhei eram de 7º e 9º ano, mas montei um projeto do dia da mulher para as turmas de 6º ano, auxiliei na feira de conhecimento acompanhando os meninos do 8º ano, então passei por diversas turmas. O ensino fundamental me encantou. Agora que me formei tenho um objetivo, ser a melhor professora de história, poder passar todo meu conhecimento e amor pela docência, fruto do projeto da residência pedagógica. Agradeço imensamente”.

Residente pedagógico 2 - “Tive a oportunidade de fazer Residência Pedagógica e foi de extrema importância para minha formação, por ser um período mais extenso e que ficamos mais tempo na escola, aprendi que a prática faz uma diferença enorme, ainda mais na minha área de matemática que é muito teórica. Desenvolvi nesse período vários projetos onde o ensinar matemática se tornou mais prazeroso para os alunos e percebi que o aprendizado deles tiveram ótimos resultados. Diferente dos estágios obrigatórios, o tempo que permanecemos na escola é muito limitado, tinha os momentos de observação e de dar aula, eu pensava que não ia dar conta de passar o conteúdo, ficava muito nervosa, então na residência eu me sentia mais segura, me sentia professora já. Aprendi também que temos que nos reinventar, na

falta de materiais dá pra improvisar e surtir o mesmo efeito em relação ao ensino aprendizagem”.

Residente pedagógico 3 - “Pra mim, foi muito importante a Residência Pedagógica, porque lá eu aprendi a fazê planejamento anual, planejamento semanal, planejamento mensal, tirei o medo de dar aula sozinha, porque tinha lá nos dia, nas época certa, a residência né, que eu fazia, eu tirei muito o medo porque eu tinha medo de falar em público, medo de lidar com as pessoas, aprendi a ter um segundo plano porque a gente como professor planeja uma coisa, mais pode dá errado, que acaba a energia, que o retroprojeter num funciona, então a partir daí você tem que ter um segundo plano, se não tivé um segundo plano e eu aprendi. A minha mestre, a regente principal, ela foi muito importante porque ela me ensinou a fazê isso tudo. O contato que eu tive com os alunos, os alunos chamavam a gente de professora e tal, o contato que eu tive com os meus amigos no decorrer do tempo, para mim foi é de grande importância porque foi lá que eu aprendi quase tudo, que lá que eu aprendi a ser professora, porque na faculdade a gente aprende a teoria e lá eu aprendi a prática, com certeza eu não me arrependo, faria dez vezes mais, foi a melhor coisa que eu já fiz”.

Estagiário 1 - “Quando me graduei e comecei minha atuação como professor de educação básica, me deparei com desafios nunca vistos, por mim, antes da licenciatura. O maior deles foi fazer com que os alunos conseguissem internalizar o conteúdo, já que a maioria tem uma resistência muito grande com a língua estrangeira, ainda que muito presente em nossas vidas. Sinto que, durante a licenciatura, poderia ter havido mais projetos que fossem destinados para esses desafios que cada disciplina enfrenta, os projetos de estágio, quando os realizei, foram aplicados passivamente, assisti a várias aulas, mas ministrei pouquíssimas, existindo assim um déficit em algumas habilidades, como: elaboração e correção de provas, a nota qualitativa dos meus alunos, modelos de avaliação e controle de sala. Posso dizer que depois de um trabalho árduo, hoje consigo desempenhar cada habilidade muito bem, mas sinto que se houvesse na época, o programa da Residência Pedagógica, conseguiria ter tido mais segurança ao iniciar minha função como professor de inglês”.

Estagiário 2 – “o estágio me proporcionou uma segurança, já me possibilitando a familiarização com o cotidiano escolar. Eu me senti mais segura para poder encarar

uma sala de aula, como professora, observei que eu pude testar algumas coisas em questão de como preparar o meu plano de aula, as estratégias na hora de abordar os temas na sala de aula. Nos estágios que a gente tem uma participação mais efetiva, nos estágios que a gente vai dar aula. Então esse estágio foi muito importante, pra ajudar na própria segurança e na postura que eu tenho na sala de aula hoje, então eu pude trabalhar de verdade, preparar um plano de aula, de executá-lo, coisa que na faculdade não temos a chance de executar. Então no estágio essa é a porta que a gente tem para poder executar tudo que a gente aprendeu na teoria na faculdade, utilizar a bagagem que você tem na faculdade. Eu pude perceber também qual a faixa etária que eu me sentia mais à vontade em trabalhar, no meu caso eu gostei mais de trabalhar com as turmas de ensino médio e EJA, foi uma aula que eu percebi a participação deles, uma participação mais ativa, consegui interagir com eles ao contrário de 7º e 6º ano eu já não me saí muito bem, também não tive participação da turma, eu pude perceber que eu tenho uma certa seletividade, uma escolha com as turmas”.

Estagiário 3 – “Sobre o estágio, eu tenho realmente uma visão um pouco pessimista sobre o estágio, você não assume a posição nem de aluno e nem de professor, você não assume a sua sala de aula, sabe, você é um ser estranho ali no meio de tudo aquilo. Os alunos não te vê como professor e você não faz o papel de professor, então eu acho que não funciona muito bem para você diminuir aquela ansiedade que é a primeira vez que você assume a sala de aula, que você ainda tem muito aquele frio na barriga. O estágio é uma aula só que você consegue realmente ministrar e uma aula só é muito difícil de você passar o conteúdo, de você avaliar o aluno, é muito difícil você fazer isso tudo numa aula só, você não assume, você não conhece seus alunos, você não tá no dia a dia com eles ali, você não entende qual que é a dificuldade de cada um, você não assume aquele papel de professor que vai realmente sanar as dificuldades de cada aluno ali intendi, qual que é as dificuldades daquela sala, você não consegue treinar esse controle de sala de aula, sabe, que requer muito da nossa profissão.

Outra crítica em relação ao estágio, é que no estágio a gente não trabalha com extraclasse, preparar uma prova, a gente acaba não aprendendo como fazer uma prova que a gente consegue averiguar o ponto que o aluno aprendeu, eu nunca peguei em um diário de classe. Quando fui ministrar aula, fiquei muito perdido

porque não tive esse ensinamento de como manipular um diário de classe, ainda bem que eu tive muita ajuda de professor que me **ajudaram, sabe, o estágio tem que ser avaliado, melhorado.**”.

2.2. Análise dos relatos de experiência em uma perspectiva formativa

A prática é fundamental para o desenvolvimento de um profissional, especialmente quando se trata de docentes, estes que são responsáveis por executar com excelência as diretrizes e metas impostas pelos pilares educacionais. Sua atuação é calcada em segurança e referências, construção de identidade concretizada a partir das técnicas e conhecimentos adquiridos ao longo de sua graduação e programas que ampliem essa prática são de grande valia.

Observa-se que o R1 não tinha o desejo de dar aulas, entretanto sua imersão no campo docente o fez mudar de ideia, descobrindo novas possibilidades e construindo sua identidade como professor da educação básica.

Outrossim, a falta de vontade da sala de aula poderia ocorrer por alguns fatores, como o medo, a indisciplina da classe e a insegurança em lidar com a responsabilidade de transmitir conhecimento, “(...) eu pensava que não ia dar conta de passar o conteúdo, ficava muito nervosa, então na residência eu me sentia mais segura, me sentia professora já.”. Essa declaração do R2 mostra que estar em contato com as atividades diárias docentes pode fazer com que uma opinião, ora preconceituosa, mude.

Pimenta, em 1999, traz algumas expectativas em relação à graduação dos futuros docentes.

(...) espera-se da licenciatura que desenvolva nos alunos conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que lhes possibilite permanentemente irem construindo seus saberes e fazeres docentes a partir das necessidades e desafios que o ensino como prática social lhes coloca no cotidiano.
(PIMENTA, 1999. P - 18)

Em conformidade com Pimenta, o papel da licenciatura sugere a iniciação de uma carreira com bases permanentes, a R2 levou essas bases para sua ação como professora e propõe que deve haver um desenvolvimento constante.

“Aprendi também que temos que nos reinventar”, a partir dessa fala da R2, há um enlaçamento com a obra de Pimenta “Saberes pedagógicos e atividades

docentes” que sugere que o processo de formação é uma “auto-formação” diária através de suas experiências cotidianas. Portanto, é dever do docente procurar melhorias constantes em prol do ensino-aprendizagem.

Antecipar situações que poderiam ocasionar em problemas profissionais poderia ser feito através dos estágios, uma vez que fundamentais, entretanto, nem sempre suficientes. É o que afirma E1, “(...) enfrentei alguns problemas no início da minha carreira por uma deficiência de programas pedagógicos (...) quando me graduei e comecei minha atuação como professor de educação básica, me deparei com desafios nunca vistos, por mim, antes”.

A declaração de E1 vai ao encontro de E3, no que tange a insuficiência da prática, E3 afirma que se sentia um “ser estranho”, não tinha muito bem definido se era aluno ou professor, essa confusão impacta na conclusão da meta do estágio, que objetiva a formação de professores e o prepara para uma sala de aula.

A RP, de acordo com os 3 residentes, os emergiu no contexto escolar, facilitando e definindo seu papel como professores, diferente para E3 “O estágio é uma aula só que você consegue realmente ministrar, e uma aula só, é muito difícil de você passar o conteúdo, de você avaliar o aluno(...)”, o distanciando de um preparo na sua prática docente. Esse inconcluso preparo, vai ao encontro do que afirma Lima em 2006.

[...] o „choque com o real”, a constatação da complexidade da situação profissional: o tatear constante, a preocupação consigo próprio („Estou a me aguentar?”), a distância entre os ideais e as realidades cotidianas da sala de aula, a fragmentação do trabalho, a dificuldade em fazer face, simultaneamente, à transmissão de conhecimentos, a oscilação entre relações demasiado íntimas e demasiado distantes, dificuldades com alunos que criam problemas[...]” (in LIMA, 2006, p. 10-11).

Lima expõe em sua obra “Sobrevivências no início de carreira” a inserção de professores no mercado de trabalho, estes, que por sua vez, têm ideias, mas se chocam com experiências não vistas antes em sua formação conforme E1, que assim como E3 tiveram dificuldades quando se depararam com problemas pelos quais estavam desprovidos de conhecimentos práticos, seja, na aula ou lidando com a burocracia escolar (diários, planejamentos, provas, etc.).

A RP amplia horizontes e desempenha o papel de facilitadora nos desafios que o docente pode passar, estar diante de situações em que não houve um preparo mais ativo no cotidiano escolar ocasiona alguns danos pedagógicos entre professor

e aluno, tornando a experiência incompleta em determinados assuntos e habilidades da disciplina que estão ensinando e aprendendo respectivamente.

Pimenta e Lima (2018) apontam que os cursos de licenciatura apresentam em seu currículo disciplinas isoladas entre si, relaciona diferentes concepções de estágio: a prática como imitação de modelos, tendo em vista uma reprodução de fazeres e decisões, nesse sentido, segundo as autoras é necessário que o professor desenvolva habilidades e técnicas para conseguir ter um melhor desempenho em sua função. assim como o médico e o dentista têm amplamente em seus cursos a exposição e prática constantes o professor também deve ter.

A prática, conforme uma análise de estágios de Pimenta e Lima em 2018, aconteceria através da observação e sucessivamente por uma tentativa de reprodução do que foi observado, no entanto, a falta de situações que o permitem vislumbrar a realidade da sala de aula o limita ao reproduzir.

Um curso de formação estará dando conta do aspecto prático da profissão à medida que possibilite o treinamento em situações experimentais de determinadas habilidades consideradas, a priori, como necessárias ao bom desempenho docente (PIMENTA; LIMA, 2018, p. 49).

Embora, supervisionado, observa-se que o estágio limitou a reprodução do que fora observado pelos estagiários 1 e 3, tornando-o assim ineficaz para eles e impedindo até mesmo, que criassem bases para que pudessem se reinventar e desenvolver com mais facilidade suas identidades.

Conforme relata o E2, ainda que tenha feito apenas o estágio, conseguiu criar sua identidade com a disciplina obrigatória curricular, “Eu pude perceber também qual a faixa etária que eu me sentia mais à vontade em trabalhar(...)”. propõe-se que, ainda que em minoria, o estágio contribui na formação, contudo, para os outros entrevistados foi unânime que é insuficiente.

Sua insuficiência, quando sozinho, é sustentado por Gatti, através de uma observação de alguns pontos do estágio. Muitas vezes, o estagiário está alheio, já que o professor regente está com o controle total da sua aula tendo-o como ouvinte e não incluindo-o, deste modo possui sua contribuição limitada.

Ponto crítico a considerar nessa formação são os estágios. Na maioria das licenciaturas sua programação e seu controle são precários, sendo a simples observação de aula a atividade mais sistemática, quando é feita.

Não há, de modo geral, um acompanhamento de perto das atividades de estágio por um supervisor na maioria das escolas (GATTI, 2009, p. 96).

Gatti propõe a precariedade da disciplina obrigatória, em consonância com Tardif (2004) a atuação do professor nas escolas pode ser vista como um processo em que o profissional da educação valida seu saber através da prática cotidiana, entretanto os estagiários 1 e 3 não tiveram sua participação tão ativa para que de fato conseguissem internalizar o aprendizado assim como os três residentes conseguiram.

Ao considerar a vivência do R3, nota-se repetidamente a palavra medo, sentimento inerente ao ser humano e várias outras espécies. Estar em contato com a sala de aula, na RP, foi capaz de “tirar” o medo que outrora apenas estagiário tinha, além disso, contribuiu para que o discente conseguisse estar apto a situações inesperadas em classe.

(...) tirei o medo de dar aula sozinha, porque tinha lá nos dia, nas época certa, a residência né, que eu fazia, eu tirei muito o medo porque eu tinha medo de falar em público, medo de lidar com as pessoas, aprendi a ter um segundo plano porque a gente como professor planeja uma coisa, mais pode dá errado, que acaba a energia (...) (R3,2022)

A aprendizagem é particular para cada indivíduo, nem sempre o mesmo funcionará com todos, mas é importante vislumbrar os resultados obtidos para que assim, haja uma tentativa de melhora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é de diversas formas transformadora, molda o perfil e caráter dos indivíduos para que possam se adequar e socializar, cada qual perante sua capacidade e necessidade, assim como sofre influência de aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais.

Pauta de discussões e debates o anseio pela educação inclusiva e de qualidade é um desejo de todos, e conseqüentemente reflete em diversos setores da comunidade, como diminuição da criminalidade, diminuição nas taxas de analfabetismo, valorização dos profissionais da educação, escolas inclusivas e receptivas, independente de raça, classe social ou capacidade física e mental dos estudantes e outros aspectos.

A formação de estudantes durante a educação básica e superior está diretamente relacionada à maneira em que o ensino é ofertado, e a partir de mobilizações de toda comunidade e órgãos públicos é possível modificar e alterar esse cenário. Conforme discutido anteriormente, a implantação de políticas públicas é de extrema importância, assim como foi instaurado a Residência Pedagógica.

O Projeto propõe aos residentes a possibilidade de se familiarizarem com o ambiente escolar, aprimorarem suas habilidades e competências e colocar em prática todo conhecimento adquirido durante os anos de graduação. A fim de avaliar a experiência do projeto entre os alunos selecionados foram realizadas as entrevistas, para analisar a percepção que os estudantes possuem acerca do processo de aprendizagem e aperfeiçoamento de suas habilidades práticas de ensino perante os Estágios e o programa RP.

Cabe destacar que o Estágio Supervisionado é também importante no processo de formação docente, mas cabe aos órgãos responsáveis pelas instituições de ensino repensar o cronograma e moldar o currículo para que o licenciando possa ter mais contato com o ambiente escolar.

Ademais, àqueles que tiveram a oportunidade de participar da Residência fica a sensação de dever cumprido, a certeza de que o projeto contribuiu efetivamente para sua formação, capazes de lidar de forma antecipada com os desafios que a profissão enfrenta e mais dispostos a caminhar sempre em busca de maior qualidade de ensino e valorização da carreira docente, e torcer para que haja sempre políticas públicas e representantes dispostos a investir na educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, M. Â. da S.; DOURADO, L. F.. BNCC e formação de professores: concepções, tensões, atores e estratégias. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, 2019. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/990>, acesso em 20/12/2022

ALMEIDA, Maria I; PIMENTA, Selma G. **Estágios supervisionados na formação docente**. São Paulo: Cortez, 2014.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase> acesso em 20/12/2022

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/>. acesso em 20/12/2022

BRASIL. **Programa de Residência Pedagógica**, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>. acesso em 20/12/2022

CHAGAS, Valnir. **Formação do magistério: Novo sistema**. São Paulo: Atlas, 1976

Forpibid. *Informe 01-2018. Enfim, PIBID e PIBID diversidade ficam!* Fortaleza: ForPIBID, 2018a

GATTI, Barreto André et al. **Um estudo avaliativo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2014. p. 14. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/24112014-pibid-arquivoAnexo.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022

LIMA, E.F.de. (Org.). 2006. **Sobrevivências no início de carreira**. Brasília: Líber Livro Editora.

MEC. **NORMAS ESPECÍFICAS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**
http://www.inhis.ufu.br/system/files/conteudo/cochi_-_normas_especificas_de_

estagio_supervisionado_-_curriculos_5000708lbn_e_5000708lbn.pdf acesso em: 20/01/2023

MORAES, C. F. C; SINÉSIO, L. E. M.; CORRÊA, A. M. **Formação De Professores: Desafios E Perspectivas Para A Educação Profissional No Cepa-Município De Aquidauana-Ms**. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v. 2, n. 17, 2019.

NOVOA, Antônio (Org.). **Profissão: Professor. Reflexões Históricas e Sociológicas**. Porto – Portugal. Port.1995.

PLANALTO. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm acesso em 20/12/2022

PIMENTA, Selma Garrido LIMA, Maria. **Estágio e docência**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

PIMENTA S. G.(org.) **Saberes pedagógicos e atividades docentes**. In: **Pimenta, S G. formação de professores :identidade e saberes da docência**. 2ª ed. São Paulo. Cortez, 1999.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2017.

RELATOS ORAIS

Residente Pedagógico I – Set.2022 – Estudante do curso de História UFU e residente do Projeto Residência Pedagógica Subprojeto História;

Residente Pedagógico II – Set.2022 – Estudante do curso de Matemática UFU e residente do Projeto Residência Pedagógica Subprojeto Matemática;

Residente Pedagógico III – Out.2022 – Estudante do curso de História UFU e residente do Projeto Residência Pedagógica Subprojeto História;

Estagiário I – Out.2022 – Estudante de Letras Inglês UFU e estagiário;

Estagiário II – Nov.2022 – Estudante de História UFU e estagiário;

Estagiário III – Dez.2022 – Estudante de História UFU e estagiário;